

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DANDARA TEIXEIRA
MARIA BARBOSA DA SILVA
MARIA DE LOURDES CARNEIRO DA NÓBREGA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CENÁRIO
MUSICAL PERNAMBUCANO SOB O OLHAR DA
TEORIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL**

RECIFE/2022

DANDARA TEIXEIRA
MARIA BARBOSA DA SILVA
MARIA DE LOURDES CARNEIRO DA NÓBREGA

**DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CENÁRIO
MUSICAL PERNAMBUCANO SOB O OLHAR DA
TEORIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Disciplina TCC II do Curso de Psicologia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, como parte dos requisitos para conclusão do curso.

Orientadora: Profª Espec. Catarina Burle Viana.

Coorientador: Prof. Espec. Gilson Luiz de Amorim Melo.

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

T266d Teixeira, Dandara
Desigualdade de gênero no cenário musical pernambucano sob o olhar
da teoria cognitivo comportamental. / Dandara Teixeira, Maria Barbosa da
Silva, Maria de Lourdes Carneiro da Nóbrega. Recife: O Autor, 2022.

31 p.

Orientador(a): Prof. Espec. Catarina Burle Viana.

Coorientador(a): Prof. Espec. Gilson Luiz de Amorim Melo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Psicologia, 2022.

Inclui Referências.

1. Música. 2. Desigualdade de gênero. 3. Atitudes discriminatórias
graves. I. Silva, Maria Barbosa da. II. Nóbrega, Maria de Lourdes Carneiro
da. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 159.9

DEDICATÓRIA

Dedicamos este artigo a todas as pessoas que nos possibilitaram ter voz e lutar por nossos espaços, mesmo nas condições mais adversas, a todas que foram silenciadas e a todas que lutam por seus espaços possibilitando o soar de outras vozes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por todas as oportunidades e possibilidades em nossa trajetória de vida, pois acreditamos que tudo que temos e que somos, que viermos a ter e ser, vem de sua infinita bondade e misericórdia.

Agradecemos a nossas famílias, por todo apoio, incentivo, aconselhamentos e pensamentos positivos nas horas mais difíceis da construção de tantos sonhos.

Agradecemos a todos os professores do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), por toda dedicação e sensibilidade na transmissão de seus conhecimentos, em especial ao professor Gilson pelo comprometimento e apoio ao nosso trabalho

Agradecemos a todos os nossos amigos (as), que incondicionalmente nos ofereceram acolhimento nos momentos de desesperança e aflição.

Agradecemos a todos os gêneros discriminados e marginalizados por defender e construir caminhos e possibilidades de um mundo mais justo para outras gerações.

'Liberdade é pouco. O que eu quero ainda não tem nome.'

Clarice Lispector

RESUMO

No contexto musical, a presença da mulher nem sempre foi valorizada pela sociedade. Por circunstâncias sociais, a participação da mulher musicista, em público, era restrita. Durante muito tempo, ocorreu a construção de uma invisibilidade da mulher em diversos cenários, assim como ocorreu no cenário musical. Portanto ainda existe desigualdade relacionada ao gênero dentro do cenário musical. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar os possíveis traumas emocionais que podem afetar as mulheres no cenário musical, decorrentes do preconceito, estereótipo e machismo. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, nas seguintes bases de dados: SCIELO, PePSIC e Google Acadêmico. Como descritores, foram utilizados: Identidade de gênero, desigualdade, mulher; e contexto musical. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 07 trabalhos foram selecionados para integrarem a pesquisa. Foi possível constatar um expressivo aumento na participação de mulheres no contexto musical, no entanto, esse aumento tem sido acompanhado de preconceito. Este, por sua vez, se expressa na forma de desigualdades salariais ou na forma de atitudes discriminatórias graves, gerando impactos emocionais sobre as vítimas e prejudicando sua arte musical sob diversos aspectos. O aumento da presença feminina na música deve ser visto como uma contribuição para o empoderamento de mulheres e não como mais um obstáculo. A terapia cognitivo-comportamental surge como uma opção relevante para o tratamento dos transtornos gerados pelas atitudes discriminatórias no cenário musical.

Palavras-chave: Música; Desigualdade de gênero; TCC.

ABSTRACT

In the musical context, the presence of women was not always valued by society. Due to social circumstances, the participation of female musicians in public was restricted. For a long time, there was the construction of an invisibility of women in different scenarios, as well as in the music scene. So there is still gender inequality within the music scene. In this context, the present study aimed to analyze the emotional trauma caused by prejudice, stereotype and machismo about the participation of the female gender in the music scene. An integrative literature review was carried out in the following databases: SCIELO, PePSIC and Google Scholar. As descriptors, the following were used: Gender identity, inequality, woman; and musical context. After applying the eligibility criteria, 07 works were selected to be part of the research. It was possible to verify a significant increase in the participation of women in the musical context, however, this increase has been accompanied by prejudice. This, in turn, is expressed in the form of salary inequalities or in the form of serious discriminatory attitudes, generating emotional impacts on the victims and harming their musical art in several aspects. The increase in the female presence in music should be seen as a contribution to the empowerment of women and not as an obstacle. Cognitive-behavioral therapy emerges as a relevant option for the treatment of disorders generated by discriminatory attitudes in the music scene.

Keywords: Music; Gender inequality; preconception.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Desigualdade de Gênero: o que é, origens e causas.....	10
2.1.1 Características e consequências da desigualdade de gênero.....	13
2.2 A terapia cognitivo comportamental.....	15
2.2.1 A emoção para a TCC.....	16
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	19
4 RESULTADOS.....	22
5 DISCUSSÃO	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero é algo recorrente em vários âmbitos, pessoais e profissionais pelo mundo inteiro. No cenário musical não é diferente, criando obstáculos e dificultando que as mulheres consigam uma posição de destaque nesse cenário. Segundo a pesquisa da União Brasileira de Compositores (UBC), 79% das mulheres na música já sofreram discriminação, caracterizando um expressivo quantitativo de mulheres que buscam evidência no contexto musical (UBC, 2021).

A construção do sujeito "mulher" é fomentada sob a dominação masculina no decorrer da história e na consolidação de sociedades patriarcais. Essa premissa faz parte de uma gama de construções sociais que diferem aquilo que acreditamos ser feminino e masculino, em termos biológicos (GHISLENI; MOTA, 2020,)

Sabe-se que as mulheres representam uma pequena fração no mundo musical, desde a integração em grupos até a liderança e outras atividades profissionais e que esse pequeno número se dá pelo forte sexismo intrínseco na indústria musical (PAGES; WILLE, 2017). Portanto, a negligência de um olhar crítico e reflexivo sobre este tema, leva a uma segregação, silenciamento e ao adoecimento de muitas mulheres, além de criar um engessamento na sociedade pela impossibilidade de integração e protagonismo das mulheres em áreas que antes eram ocupadas só por homens. A luta das mulheres não tem início apenas na música, mas em vários contextos. A partir de dados colhidos por Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existe uma grande disparidade no número de homens e mulheres no meio musical contemporâneo no Brasil. A discrepância entre o número de homens e mulheres no meio chama atenção (OZÓRIO, 2021).

São alguns desafios que acompanham as mulheres em suas trajetórias no cenário musical, que por vezes, deparam-se com situações angustiantes. Diante destes fatos, o problema de pesquisa que norteia este estudo é: Quais os impactos emocionais provocados nas musicistas em decorrência da desigualdade de gênero?

A partir desse questionamento levanta-se a seguinte suposição, o gênero feminino não tem espaço e destaque suficientes no cenário musical, devido a essa cultura enraizada de que o gênero masculino é superior, impedindo a presença

feminina nesse campo. Esta pesquisa, além de contribuir para o aumento da literatura voltada para tal questão, traz também, grande contribuição para a psicologia, pois busca se inserir na área de conhecimento dos estudos da TCC- Terapia Cognitivo Comportamental, com foco nos traumas emocionais causados pela desigualdade de gênero, gerando situações negativas que afetam o pensamento e conseqüentemente o comportamento da mulher musicista, causando sofrimento e impacto na saúde mental e na vida profissional.

Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar possíveis traumas emocionais que podem afetar as mulheres no cenário musical, decorrentes dos preconceitos, estereótipos e machismos. E como objetivos específicos discutir questões de gênero e a formação social da mulher, relatar como se apresenta os abusos psicológicos e quais suas interferências e especificar como a TCC pode contribuir para o tratamento desses impactos emocionais.

Para considerar os objetivos foi realizada uma revisão bibliográfica, onde se faz referência a autoras feministas e artigos que tratam sobre o assunto “desigualdade de gênero na música”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desigualdade de gênero: O que é, origens e causas

Até o final da década de 1950, as distinções entre feminino/masculino eram norteadas por fatores biológicos. A identidade feminina era atribuída apenas a aspectos fisiológicos, que determinavam sua condição social. Estatura mais baixa, menor força muscular, provável diminuição da massa cerebral e estrutura física enfraquecida devido à maternidade e ciclo menstrual eram argumentos, presentes no campo científico e no senso comum, que sujeitaram as mulheres a funções de procriadoras naturais e sujeitos inferiores aos homens, em perspectivas fisiológicas, psíquicas e sociais (PAGES; WILLE, 2017).

Na década de 1950 que John Money, sexólogo e psicólogo norte-americano, foi o primeiro teórico a utilizar o termo gênero no visando relacioná-lo às diferenças entre o sexo anatômico e o que se considerava o sexo psicológico. Antes disso, os termos gênero estavam relacionados a gênero linguístico, gênero biológico e gênero textual. Esse novo significado para o termo “gênero” formalizou um anseio histórico

que se tornava cada vez mais intenso nessa época, devido ao crescimento de estudos e movimentos com temáticas voltadas à identidade sexual (GHISLENE; MOTA, 2020).

Assim, o gênero torna-se um conceito que não está necessariamente ligado ao sexo biológico, tem uma maior relação com as vivências e criação de uma pessoa do que com fatores biológicos (PAGES; WILLE, 2017)

O movimento feminista, à época, buscou estabelecer relação destas distinções com a construção social de caráter humano, minando assim o conceito imposto pela dominação masculina. O gênero então surgiu como o conceito embasado no conjunto de papéis que a sociedade criava para codificar determinada forma humana como “feminino” ou “masculino” (GHISLENI; MOTA,2020). Esse conjunto de comportamentos impressos na construção social do “ser mulher” é fruto de processos históricos e culturais, amplamente difundidos e enraizados no senso comum, e presentes desde os primeiros dias de vida de uma menina. Torna-se fácil concluir que as mulheres têm certa predisposição para as atividades domésticas, que as fazem com muito mais eficiência e cuidado que os homens e que isso faz parte da “natureza feminina”, quando, desde cedo, as meninas são treinadas a pensar desta forma (SIQUEIRA, 2019). A respeito de gênero, Santos e Izumino (2005) afirmam:

Gênero é definido como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 155-156 apud GHISLENI; MOTA,2020, p.03).

Ou seja, entende-se que gênero é uma construção de comportamentos que possui um papel social e tem ligação com masculinidade e feminilidade. Essa construção social, acontece desde primórdios.

Segundo Muzart (2003) afirma que as escritoras brasileiras do século XIX tiveram considerável responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras, com a publicação de textos feministas e com a fundação de jornais e periódicos. A criação de tais jornais e periódicos, segundo a autora, teve como uma das principais razões a necessidade de elas conquistarem seus direitos, a iniciar pelo direito à educação, à profissão e ao voto. Algumas poucas escritoras lutaram também pelo direito ao divórcio. O direito à educação incluía a capacidade de educar os filhos, mas também o direito de frequentar escolas e, conseqüentemente, de ter uma profissão. Já o direito ao voto é considerado como a primeira estratégia formal e ampla para o ingresso feminino na política e nos espaços públicos de tomada de decisão. (CAPELLE, MELO E SOUZA ,2013, p. 167)

Segundo Simone de Beauvoir (1980) “Não se nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea assume na sociedade”. Salvagni e Canabarro (2015) apontam ainda que:

Até pouco tempo, a mulher era educada para ser exímia dona de casa, mãe e esposa perfeita, situação que a colocava bem dependente da figura masculina. O objetivo maior de uma mulher costumava ser o casamento e a constituição de uma família, já que o marido era o mantenedor em potencial. Embora essa ainda seja uma realidade em alguns lares, as últimas décadas têm sido fundamentais no que se refere às análises que descrevem e explicam as mudanças no perfil da força de trabalho feminino (SALVAGNI; CANABARRO, 2015, p. 96).

Rowbotham (1998), chama atenção para a importância do conceito de gênero, que coloca em evidência a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido. Enfatiza que o conceito de gênero pode desviar nosso olhar, fazendo com que esqueçamos a questão da subordinação da mulher que é afetada por outros aspectos sociais. Portanto gênero pode ser definido como o agrupamento de indivíduos com características semelhantes, no entanto, distintas entre a masculinidade e a feminilidade. Por não ser determinado biologicamente, essas características são construídas socialmente.

O medo do feminino na cultura patriarcal faz com que muitas mulheres venham sendo punidas pela sua sexualidade: no Gênese, são culpadas pela queda humana; nas culturas islâmicas, são cobertas por véus; na África, têm seus clitóris decepados ou suas vaginas costuradas; na China, até meados do século XX, seus pés eram amarrados; na Índia, até hoje, são negociadas e vendidas pelos próprios pais; e, em alguns desses países, sua situação é tão deprimente que suas mães preferem matá-las ao nascerem a exporem-nas aos vexames por que passam (CAPELLE; MELO; SOUZA , 2013, p.165)

Para Alves (2020), o status de inferioridade da mulher é mantido e aprofundado pelas classes dominantes através da educação familiar, da escola, dos meios de comunicação de massa, das religiões, da legislação, dentre outros. Esses preconceitos dificultam que as mulheres assumam postos de decisão em todos os níveis da sociedade, inclusive no trabalho. Contudo, facilita seu acesso a cargos com menor prestígio, pois o sistema capitalista se aproveitou dessa situação de desvantagem social para intensificar o trabalho feminino, estender sua jornada além do previsto na legislação e oferecer salários mais baixos do que os masculinos. (CAPELLE; MELO E SOUZA ,2013, p 166).

O vocábulo “diferença” é frequentemente empregado como sinônimo de “desigualdade”. Entretanto, de acordo com o CITE (2003), a diferença expressa a falta de semelhança, enquanto a desigualdade hierarquiza as posições em julgamento, colocando uma em posição de inferioridade em relação à outra. É o que acontece quando falamos do trabalho feminino: as diferenças entre homens e mulheres são hierarquizadas de maneira desigual e o trabalho feminino acaba sendo posto numa posição inferior ao masculino. Esse processo é caracterizado como discriminação no trabalho e no emprego, a qual pode ser direta, quando normas ou práticas formais da organização produzem um tratamento desfavorável a uma pessoa em função do sexo, ou indireta, quando critérios e medidas aparentemente neutros produzem resultados desiguais entre homens e mulheres, prejudicando os indivíduos de um dos referidos sexos (CAPELLE; MELO E SOUZA, 2013, p. 168).

2.1.1 Características e Consequências da desigualdade de gênero

São várias as consequências apresentadas nas relações sociais, devido a desigualdade de gênero, que muitas vezes é usada como justificativa para se praticar a violência, reforçar a falta de representatividade nos espaços, silenciar, entre outros absurdos praticados. Vários são os tipos de violência sofrido pelas mulheres, resquícios de uma cultura patriarcal, que podem ser identificadas de diversas formas, entre elas estão o estupro, o prejulgamento por uma forma se vestir, humilhações e críticas com o falso disfarce de brincadeira, até a imposição do isolamento social em favor do relacionamento.

A desigualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens nas organizações é um fenômeno tão predominante no mundo, que seu enfrentamento se tornou uma das principais bandeiras da organização mundial do trabalho. O relatório mostra os enormes desafios que as mulheres continuam a enfrentar para conseguir encontrar e manter empregos decentes (OIT, 2008).

A desigualdade de gênero constitui uma das grandes contradições da sociedade que se mantém ao longo da história da civilização e tem colocado as mulheres em um lugar social de subordinação. Essa desigualdade tem como uma de suas extremas formas de manifestação a violência contra as mulheres, que é resultado de uma assimetria de poder que se traduz em relações de força e

dominação. Desse modo, a violência baseada no gênero tem se constituído em um fenômeno social que influencia sobremaneira o modo de viver, adoecer e morrer das mulheres (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009, p. 626).

Segundo Barata (2009) a desigualdade de gênero consta como um dos determinantes sociais em saúde, visto que as relações de gênero têm dinâmica própria e atravessam todas as dimensões da vida pública e privada. Ainda que interaja com outras categorias macrosociais relativas à classe social, idade, raça e etnia, escolarização, condições de trabalho e de moradia, observa o efeito independente da condição de gênero sobre o estado de saúde, inclusive no que diz respeito a “distúrbios psiquiátricos menores” (FRANCO et al. 2021).

Além disso, o gênero hierarquiza homens e mulheres, bem como os valores associados a cada um deles em nossa cultura, estruturando relações de poder e dominação; portanto, aquela violência da qual pode padecer qualquer mulher pelo mero fato de ser mulher, isto é, de pertencer a essa categoria social, identifica-se como “violência de gênero” (Negrão, Vargas, & Rodrigues, 2015, p. 85; FRANCO et al., 2021, p.01).

O sofrimento (e a reação a ele) é construído socialmente e moldado segundo os valores e ideais estereotipados de gênero, havendo caminhos privilegiados (porém não excludentes) de subjetivação (distintos) para homens e mulheres, os quais se tornam evidentes na expressão do adoecimento psíquico. Aquilo que parece ser algo extremamente individual, ou seja, a vivência de um conjunto de mal-estares no âmbito subjetivo, expressa regularidades que são moldadas por uma dada configuração social (FRANCO et al., 2021).

É nesse contexto que surge a necessidade realizar uma breve discussão sobre a “Identidade de Gênero” e Sexualidade. Esta, pode ser considerada como a forma como o sujeito se enxerga, podendo homem, mulher, não binário e outros. A sexualidade, por sua vez, se refere às formas como os sujeitos vivem seus desejos e prazeres sexuais, aos diversos arranjos e parcerias que eles possuem e põe em prática para realizar seus jogos sexuais. Portanto, a sexualidade é o modo de expressar os afetos, prazeres e desejos, que independe do sexo biológico. Diante disso, pode-se inferir que a condição anatômica e biológica não define nem a identidade de gênero, nem a sexualidade dos indivíduos (WENNING, 2020).

A história trouxe como estigma a associação do fraco para o feminino e do forte para o masculino, onde ficou intrínseco uma visão negativa que a mulher é o lado

mais fraco, ou seja, toda indução de fraqueza, limitações e deficiência é imposta como sendo fruto da natureza feminina. A mulher, assim como a sociedade, vem internalizando esta concepção ao longo dos anos até os dias atuais. Toda essa visão negativa, vem causando impacto na saúde mental de muitas mulheres que não conseguem lidar com as angústias e sofrimentos provenientes dos estereótipos e discriminações sofridas ao longo do tempo.

2.2 A terapia cognitivo comportamental

Aaron Beck desenvolveu uma forma de psicoterapia nas décadas de 1960 e 1970, a qual denominou originalmente “terapia cognitiva”, um termo que muitas vezes é usado como sinônimo de “terapia cognitivo – comportamental” (TCC) por muitos da área. Beck concebeu uma psicoterapia para depressão estruturada, de curta duração e voltada para o presente (BECK, 2022).

Desde aquela época, ele e outros autores no mundo inteiro tiveram sucesso na adaptação dessa terapia a populações surpreendentemente diversas e com uma ampla abrangência de transtornos e problemas, em muitos contextos e formatos. Essas adaptações alteraram o foco, as técnicas e a duração do tratamento, porém os pressupostos teóricos em si permanecem constantes. (BECK, 2022).

Segundo Greenberger e Padesky (2017), resultados de pesquisas demonstram a eficácia da terapia cognitivo – comportamental (TCC) para um amplo leque de condições psicológicas, incluindo transtornos relacionados ao estresse, depressão, ansiedade, raiva, fobias, transtornos alimentares, abuso de substâncias, problemas de relacionamento e muitas outras condições que levam as pessoas à terapia.

Em todas as formas de TCC derivadas do modelo de Beck, o tratamento está baseado em uma formulação cognitiva: as crenças mal – adaptativas, as estratégias comportamentais e a manutenção dos fatores que caracterizam um transtorno específico. Deve-se também se basear o tratamento na sua conceitualização, ou compreensão, de cada cliente e de suas crenças subjacentes específicas e padrões de comportamento (BECK, 2022).

Algumas formas de TCC compartilham características da terapia de Beck, mas suas formulações e ênfases no tratamento variam um tanto. Elas incluem a terapia

racional-emotiva comportamental (Ellis,1962), a terapia comportamental dialética (Linehan, 1993), a terapia de solução de problemas (D’Zurilla & Nezu, 2006), a terapia de aceitação e compromisso (Hayes et al. 1999), {...} A forma de TCC derivada do modelo de Beck frequentemente incorpora técnicas de todas essas e outras psicoterapia baseadas em evidências, dentro de uma estrutura cognitiva (BECK, 2022).

A TCC tem sido adaptada a clientes com diferentes níveis de educação e renda, bem como a uma variedade de culturas e idades, desde crianças pequenas até adultos com idade mais avançada. É usada atualmente em hospitais e clínicas, escolas, programas vocacionais, e prisões, entre outros contextos. É utilizada nos formatos de grupo, casal e família (GREENBERGER; PADESKY, 2017).

O modelo cognitivo propõe que o pensamento disfuncional (que influencia o humor e o comportamento do cliente) é comum a todos os transtornos psicológicos. Quando as pessoas aprendem a avaliar seu pensamento de forma mais realista e adaptativa, elas experimentam um decréscimo na emoção negativa e no comportamento mal – adaptativo (BECK, 2022).

As cognições (tanto as adaptativas quanto as mal- adaptativas) ocorrem em três níveis. Os pensamentos automáticos, (estão no nível mais superficial), as crenças intermediárias e no nível mais profundo, encontram-se as crenças nucleares sobre si mesmo, sobre as outras pessoas e sobre o mundo. para que haja melhora duradoura no humor e no comportamento do cliente, será necessário trabalhar em todos os três níveis (BECK, 2022).

2.2.1 A Emoção para a TCC

As emoções compõem a vida de todos os seres humanos, contudo, ao longo da vida, muitas vezes, as pessoas não são encorajadas a reconhecê-las, aceitá-las e vivenciá-las. Medo, raiva, alegria, tristeza, nojo e amor constituem-se como as emoções básicas. Algumas agradáveis e outras desagradáveis de sentir, mas cada uma com a sua funcionalidade (ALTMANN; PEZZI; HECK,2020, p.03).

As emoções são de importância fundamental na terapia cognitivo – comportamental (TCC). Afinal, o objetivo principal do tratamento é ajudar os clientes a se sentirem melhor reduzindo a emoção negativa e aumentando a emoção positiva. A emoção negativa intensa é dolorosa e pode ser disfuncional se interferir na capacidade do cliente de pensar com clareza, resolver problemas, agir com eficiência ou obter satisfação – tudo isso podendo servir como obstáculo para atingir seus objetivos. Além disso, é importante reconhecer as funções positivas da emoção negativa. A tristeza pode ser um sinal para suprir o que você percebe que está faltando na vida. A culpa pode motivá-lo a fazer o que é verdadeiramente importante para você. A ansiedade pode lhe dar ânimo para lidar com um desafio. A raiva pode fornecer energia para fazer a coisa certa a serviço dos seus valores (BECK, 2022 p.224)

Segundo Gross (2002), de acordo com a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), a regulação emocional é definida como a habilidade de manter, aumentar ou diminuir um ou mais componentes da resposta emocional, incluindo os sentimentos, comportamentos e respostas fisiológicas que constituem as emoções (ALTMANN; PEZZI; HECK, 2020, p.03).

As emoções positivas promovem uma sensação de bem estar (tanto em termos psicológicos quanto físico) e resiliência, ambas importantes durante o tratamento e depois que o tratamento termina. Quando o cliente tem uma emoção negativa, ele frequentemente restringe sua atenção e experimenta excitação automática. Emoções positivas ampliam sua atenção, cognições e tendências comportamentais e diminuem sua excitação (Fredrickson, 2001). Recordar lembranças positivas de como lidou com dificuldades no passado permite que o cliente enfrente melhor o presente (Tugade et al., 2004).

Segundo LeDoux (1998), Liggan & Kay (1999) os estudos mostram que muitos transtornos mentais estão envolvidos com a incapacidade de controlar o medo e dificuldade em regular emoções negativas. Esses dados sugerem que o condicionamento de medo e a dificuldade em regular emoções têm importante papel na formação e manutenção especialmente dos transtornos de ansiedade.

O tratamento com TCC abrange técnicas específicas que permitem tanto a extinção do medo condicionado quanto a regulação cognitiva de emoções, ou seja, abrange técnicas comportamentais e cognitivas (Paidéia, 2008, p. 486).

De acordo com Beck (2013), a terapia cognitivo comportamental é fundamentada a partir de dez princípios básicos, descritos no quadro 1:

Quadro 1 – Princípios da terapia cognitivo comportamental

	Princípio
Princípio 1	A terapia cognitivo-comportamental baseia - se em uma formulação do desenvolvimento contínuo dos problemas dos pacientes e em uma conceituação individual de cada paciente em termos cognitivos
Princípio 2	A terapia cognitivo-comportamental prioriza uma aliança terapêutica sólida.
Princípio 3	A terapia cognitivo-comportamental enfatiza a colaboração e a participação ativa.
Princípio 4	A terapia cognitivo-comportamental é orientada para os objetivos e focada nos problemas
Princípio 5	A terapia cognitivo-comportamental enfatiza inicialmente o presente
Princípio 6	A terapia cognitivo-comportamental é educativa, tem como objetivo ensinar o paciente a ser seu próprio terapeuta e enfatiza a prevenção de recaídas
Princípio 7	. A terapia cognitivo-comportamental visa ser limitada no tempo.
Princípio 8	As sessões de terapia cognitivo-comportamental são estruturadas.
Princípio 9	A terapia cognitivo-comportamental ensina os pacientes a identificar, avaliar e responder aos seus pensamentos e crenças disfuncionais.
Princípio 10	A terapia cognitivo-comportamental usa uma variedade de técnicas para mudar o pensamento, o humor e o comportamento

Fonte: BECK, 2013, p.27-29.

Cada indivíduo participa ativamente no seu processo terapêutico enfatizando o presente, a partir de uma conceituação individual em termos cognitivos, através de uma aliança terapêutica sólida (BECK,2013).

Tais princípios básicos se aplicam a partir das necessidades do indivíduo e, o tratamento varia dependendo dos objetos do indivíduo, da sua capacidade de desenvolver um vínculo terapêutico contínuo, da sua motivação para mudar e sua experiência anterior com a terapia (BECK,2013).

Quando se trata do contexto musical, a terapia cognitivo-comportamental de atuar investigando as motivações das desigualdades de gênero, sempre levando em consideração as circunstâncias da contemporaneidade, evidenciando as consequências das desigualdades no cotidiano de cada indivíduo que foi vítima. O terapeuta deve enfatizar que a discriminação de mulheres na música é o resultado de uma relação de gênero, construída cultural e socialmente há séculos. As relações de gênero refletem um longo processo de formação de poder masculino (CORREIA et al., 2017).

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho apresenta um recorte caracterizado por uma revisão da literatura, de caráter descritivo e qualitativo. As pesquisas bibliográficas se inserem principalmente no meio acadêmico e visam fazer uma atualização do conhecimento, por meio de uma investigação científica de obras já publicadas (SOUZA; OLIVEIRA; ALVES, 2021). A pesquisa descritiva visa apresentar características de determinado fenômeno ou população, por meio da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Este tipo de investigação propõe a observação, registro, classificação, análise e interpretação dos dados sem que haja interferência do pesquisador, além de não exigir um método específico de busca de dados ou apresentação de resultados. Isso possibilita que o pesquisador tenha maior liberdade durante a confecção e apresentação do estudo (SILVA, 2014).

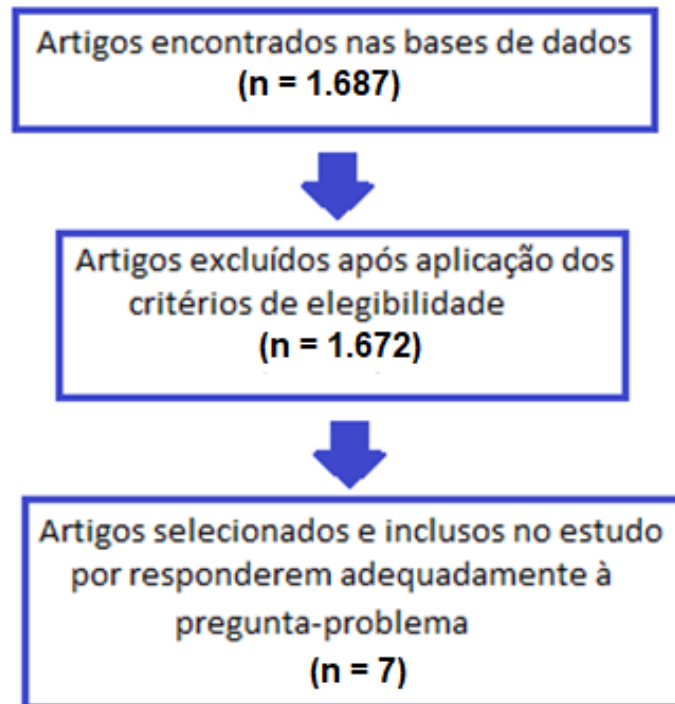
Entende-se por pesquisa qualitativa, Segundo Gunther, (2006), a primazia da compreensão como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis {...} a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente.

O estudo em questão se propõe a investigar a desigualdade de gênero no cenário musical e os transtornos emocionais causados por esta desigualdade. Este, portanto, foi concretizado em uma revisão sistemática da literatura, que, segundo Galvão e Ricarte (2019, p. 57), consiste em "uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos e busca dar uma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto".

As buscas foram realizadas entre agosto e novembro de 2022, utilizando as seguintes bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos Eletrônico de Psicologia (PePSIC) e Google Acadêmico. As buscas foram realizadas por meio do uso dos descritores: Identidade de gênero, desigualdade, mulher; e contexto musical. Como critérios de elegibilidade, foram considerados textos publicados entre 2000 e 2022, em língua portuguesa, título que estavam de acordo com os descritores mencionados e/ou com conteúdo mais relevante para a temática proposta e trabalhos completos disponíveis nas bases de dados. Foram considerados inelegíveis estudos que não abordem a temática proposta, publicados antes de 2000 e aqueles cujos resumos não contribuíram para a resolução da pergunta-problema

Tal como ilustrado na figura 1, foram encontrados 1.687 textos nas bases de dados, entre os quais foram excluídos 1.672 após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Sendo assim, restaram 15 artigos, dentre os quais, 07 foram selecionados a partir da leitura minuciosa dos resumos e que se apresentaram como relevantes para responder a pergunta-problema.

Figura 1 – Fluxograma da estratégia utilizada para seleção dos artigos.



Fonte: Autoria própria (2022).

4. RESULTADOS

De acordo com os critérios de elegibilidade descritos na seção anterior, foram selecionados 7 artigos, listados no quadro 1 em ordem crescente de ano de publicação.

Quadro 1 – Caracterização das produções segundo autores, ano, título, objetivo e resultados, em ordem crescente de ano de publicação

Autor	Ano	Título	Objetivo	Resultados	Consideração Final
SALVAGNI; CANABARR.	2015	Mulheres Líderes: As desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho.	Pontuar os obstáculos enfrentados pelas mulheres, seja no cenário profissional, ou pessoal, e mostrar que caminhos percorridos pelas mulheres são mais difíceis que os dos homens.	Conclui-se que a mulher realmente trilha um caminho de maneira "dobrada", é como se o homem tivesse um caminho livre até seu objetivo, enquanto a mulher até atingi-lo tem outras pendências, como cuidar do lar, dos filhos, entre outros.	SALVAGANI e CANABARRO constataram que falar desde a história do feminismo e o papel da mulher na sociedade é de suma importância, pois se analisa a sobrecarga imposta em cima da mulher, e como isso se reflete até os dias atuais.

SANTOS, S.	2017	Discriminação do gênero feminino, denúncia e resistência das cantoras do <i>rap</i> brasileiro	Avaliar a discriminação de gênero e a resistência feminina no <i>rap</i>	As letras de músicas no <i>rap</i> seguem geralmente um modelo de sociedade patriarcal, com letras que desqualificam as mulheres. Assim, nesse estilo musical, há músicas e manifestações que são representativas e reproduzem relações de poder nas interações de gênero	No entanto, é relevante destacar que também existem no <i>rap</i> resistência contra as violências sobre o gênero feminino, que ora caminham conjuntamente com os discursos tradicionais e ora os enfrentam.
ZERBINATTI ; NOGUEIRA; PEDRO	2018	A emergência do campo de música e gênero no Brasil: reflexões iniciais	Realizar reflexões críticas relacionadas ao campo e suas relações (internas e externas) a partir das musicologias e epistemologias feministas e das relações entre teoria e prática no campo	Existe um campo em emergência e construção coletivas no país – vemos o campo “música e gênero”, como uma “onda” que emerge na área da música e que vem estruturando-se desde 1978	Foi observada constituição híbrida, múltipla, heterogênea, coletiva e plural da questão de gênero na música.
SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2019	2019	Mulheres na música: estudo sobre a discriminação no Brasil do século XIX e	Desenvolver um estudo histórico sobre a discriminação das mulheres no Brasil, tomando por	Foi observado grande processo discriminatório contra as mulheres musicistas. Vale ressaltar que esse processo é um reflexo do histórico	Assim, somente a partir de uma compreensão mútua e respeitosa das particularidades dos diversos grupos sociais conseguiremos a tão sonhada igualdade de

		seu reflexo na atualidade	amostra a mulher musicista do século XIX	paradigma das desigualdades de gênero	direitos entre os cidadãos
ALVES, A. C.	2020	As marcas da desigualdade de gênero na escolarização e educação musical	observando como a desigualdade de gênero ocorre na escolarização geral, eoa e têm suas especificidades no ensino da música	Alguns aspectos devem ser observados: a emergência do gênero, o patriarcado musical e a própria divisão sexual dos instrumentos musicais	Foi possível perceber a extensão das associações simbólicas que cerceiam as possibilidades de fazer musical das mulheres. Foi possível refletir sobre a constituição de minha própria subjetividade, sobre a formação das mulheres como educadoras musicais. Constatei que as histórias da educação musical das mulheres no Brasil são escassas e precisam ser revisitadas em trabalhos acadêmicos.
FRANCO et al.	2021	Desigualdade de Gênero e Escuta Psi de Mulheres Atendidas na Atenção Básica	Identificar quais as necessidades mais comuns em saúde mental nas mulheres, e verificar se há associação entre o tal problema e a segregação de gênero.	Foram identificados efeitos da desigualdade de gênero nas mulheres atendidas pela atenção básica, pois foram revelados diversos conflitos associados aos papéis de mulher na sociedade, e visto também que haviam mulheres que na infância queria mudar de gênero pelo simples fato de associar o gênero masculino a liberdade	Foi observado que a carga que a mulher tem na sociedade não só é presente no cenário musical, mas também na vida privada e em áreas de trabalho, são sobrecarregadas e ao mesmo tempo tidas como frágeis, ou incapazes, definições essas que se contradizem. Foi visto também como isso afeta a vida dessas mulheres.
OZÓRIO, P.	2021	Mulheres na indústria da	Analisar e avaliar a	conclui-se que quando se trata do	OZÓRIO conclui, que a desigualdade além de

		música: um estudo de caso do grupo Women in Music Brasil	participação feminina, verificar as dificuldades encontradas pelas mulheres no âmbito musical, e como isso impacta as vidas das mesmas, e quais as consequências que essa segregação traz.	gênero feminino, uma boa formação, boa comunicação, bom currículo, entre muitos outros pontos, não é o mais importante, pois a desigualdade de gênero é um obstáculo muito presente ainda em várias áreas profissionais.	não ser algo antigo, é algo que continua com muita presença, e que a conscientização é muito importante, atualizar as pessoas sobre o assunto, estar sempre falando dele, afim de buscar formas de combater o comportamento e o preconceito entre os cenários públicos e privados.
--	--	--	--	--	--

Fonte: Autoria própria (2022).

5. DISCUSSÃO

Os autores apontam a existência de uma herança histórica de subordinação das mulheres em diversos setores. No século XVIII, estudos do esqueleto destacavam diferenças entre os sexos, onde acreditava-se, por exemplo, que a mulher, por ter um crânio menor, teria menor capacidade intelectual e, portanto, menos condições de participar de cargos governamentais, educação, comércio e ciência. Estas descobertas anatômicas foram úteis aos interesses da burguesia democrática iluminista, que tinha a necessidade de justificar a desigualdade entre homens e mulheres (SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2019).

Eventos históricos servem como motivações das desigualdades de gênero na contemporaneidade, que estão presentes em todos os setores da vida social. As consequências são percebidas nas organizações e, no caso dos objetivos deste estudo, na área musical.

Através da distribuição desigual de poder baseada em aspectos biológicos que criam uma hierarquia entre homens e mulheres, promove as desigualdades de gênero. Na realidade, ocorre uma prolongada formação de lugar de poder masculino.

Assim, a subordinação feminina é o resultado de um processo educativo impregnado na cultura (CORREIA et al., 2017).

Através da análise de Santos (2017), é possível uma característica sexista no contexto musical, onde se estabelece uma relação de poder que, na maioria das vezes, é cantada por um homem heterossexual. Além disso, analisando as letras das músicas é possível observar um universo de diferenças entre o masculino e o feminino, transmitindo e reproduzindo preconceitos e discriminações. Geralmente são relações de poder e de controle de um gênero sobre o outro.

Os resultados apontam expressivo aumento na participação das mulheres na música, seja como intérpretes ou compositoras. No entanto esse aumento tem sido acompanhado de preconceito. Este, por sua vez, pode exercer relevantes impactos em suas vítimas. Sabe-se que a música e a arte em geral possuem importante contribuição com a saúde mental, que pode ser afetada pela discriminação. A arte pode promover diferentes formas de expressão, pois, além da dimensão da linguagem verbal, favorece o contato do indivíduo com as suas emoções, pensamentos e sensações. Assim, diante da desigualdade de gênero expressa na forma de preconceito, apresenta impactos emocionais ao público feminino que podem influenciar, inclusive na qualidade da arte musical (SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2019; FRANCO et al., 2021).

Na última década, observa-se uma maior participação, representatividade, inserção e liberdade de expressão de mulheres na música. No entanto, apesar do aumento da participação feminina no mercado, homens ainda representam maioria na música. Houve um grande avanço na integração das mulheres no mercado musical, apesar disso, o sistema machista ainda se mantém no segmento, o que comprova que ainda há um grande caminho pela frente (OZÓRIO, 2021; ALVES, 2020).

A expansão quantitativa de mulheres na música está sendo acompanhada por algum tipo de discriminação. São diversas formas pelas quais o preconceito se evidencia, desde uma subestimação da capacidade das mulheres até a objetificação do corpo. Assim, a banalização do preconceito faz com que este seja exercido sob diversas formas, como xingamentos, piadinhas, diferenças salariais, que não deixam de ser abusos psicológicos oriundos de uma cultura discriminatória internalizada na sociedade (SALVAGNI; CANABARR, 2015).

As mulheres que ingressaram no meio musical sempre passam por muitas dificuldades, tais como assédio e preconceito, além de estarem em um ambiente naturalmente machista. Dados da União Brasileira de Compositores (UBC) apontam que, em 2021, as mulheres receberam apenas 9% do total distribuído em direitos autorais. Além disso, considerando os rendimentos provenientes do exterior, entre os 100 maiores arrecadadores de direitos autorais, apenas 13 são mulheres, revelando a desigualdade de rendimentos no cenário musical entre homens e mulheres (OZÓRIO, 2021).

Assim como em praticamente todo o setor cultural e em outros setores, as diferenças entre os lugares ocupados pelos homens e pelas mulheres musicistas é fruto de um processo educativo impregnado na cultura e também disseminado por esta. Isso faz com que homens sejam socializados para exercer posições privilegiadas e as mulheres para submeter-se a essas posições (CORREIA et al., 2017).

De acordo com o estudo de Zerbinatti, Nogueira e Pedro (2018) os ideais feministas na música estão por trás e ocorreram como resposta a diversos mecanismos e estruturas de exclusão sistemática de mulheres, além de questões de gênero. Esses ideais são, a cada dia, mais discutidos e seguidos, problematizado na música, por meio das críticas e teorias feministas e de gênero.

Outro ponto importante a ser discutido é que a música é um dos produtos mais consumidos no campo do entretenimento, além de ser difundida em diversos veículos de comunicação, seja rádio, internet ou TV. Portanto, a forma como as letras são escritas podem promover uma absorção de informações, somada ao contexto social, que podem contribuir para as repetições de discursos e comportamentos machistas e segregadores (ALVES, 2020).

O sexismo, preconceito e a herança patriarcal herdada e ainda persistente no contexto musical, geram impactos emocionais e causam transtornos como ansiedade, depressão e podem levar mulheres a desistirem do sonho artístico. É nesse contexto que cita-se a importância da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no tratamento desses transtornos. A TCC é a abordagem mais indicada para o tratamento de transtornos ou sintomas de ansiedade e, portanto, representa uma opção relevante nos casos de transtornos gerados pelo preconceito no cenário musical (ASSUNÇÃO; DA SILVA, 2019).

A TCC utiliza diversos métodos para o tratamento dos traumas gerados pela discriminação, podem ser destacados técnicas de respiração, técnicas de relaxamento e até mesmo o uso da própria música (HOHMANN et al., 2017).

Um dos objetivos da TCC é corrigir as distorções cognitivas que estão gerando problemas ao indivíduo, além de fazer com que este desenvolva eficazes meios para enfrentá-los. Para tanto são utilizadas técnicas cognitivas que visam identificar os pensamentos automáticos, testando-os e substituindo as distorções cognitivas. As técnicas comportamentais são empregadas para modificar condutas inadequadas diretamente relacionadas com o transtorno em questão. É desta forma que a TCC pode mitigar os efeitos dos preconceitos vividos pelas mulheres no cenário musical (BECK, 2022).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da mulher musicista é complexa e reflete sua luta contra as questões de gênero que, por sua vez, apresenta-se como um fator histórico de exclusão. Portanto, evidencia-se nas últimas décadas, que uma postura cada vez mais participativa das mulheres no contexto musical.

Nessa diretriz, o presente estudo apresentou grande relevância para a discussão das relações e desigualdade de gênero e suas diversas expressões nos vários setores da sociedade. Além disso, a própria música pode promover distorção da realidade, especialmente nos mais jovens com a mente em construção, que continuam reproduzindo discursos machistas, sexistas e misóginos.

Alguns aspectos podem ser abordados em pesquisas futuras, como os fatores que mais se destacam na geração da desigualdade de gênero na música, que pode contribuir para o equilíbrio de gênero no mercado fonográfico.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, B. A. R.; PEZZI, F. A. S.; HECK, C. **Emoções e autocuidado como tema de formação de professores**: Um relato de experiência. I Seminário de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC). nov. 2020.

ALVES, A. C. As marcas da desigualdade de gênero na escolarização e educação musical. **Revista Música em Foco**, v. 2 n. 1, 2020.

ASSUNÇÃO, W. C.; DA SILVA, J. B. F. Aplicabilidade das técnicas da terapia cognitivocomportamental no tratamento de depressão e ansiedade. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n.1, p. 77-94, 2019.

BECK, J. S. **Terapia Cognitivo-Comportamental**: teoria e prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. 412 p.

CAPPELLE, M. C. A; MELO, M. O. L.; SOUZA, N. L. Mulheres, trabalho e administração. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 2, n. 2, 2013.

CUNHA, L. C. **Feminaria Musical II**: O que (não) se produz sobre música e mulheres no Brasil nos anais dos encontros das associações musicais brasileiras. nov.2014.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; SOUZA, N. L. Mulheres, trabalho e administração. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 2, p. 161-191, 2013.

CORREIA, C. R. et al. O reflexo da desigualdade de gênero nas organizações. **Rev. Esfera Acadêmica Humanas**, v. 2, n. 2, 2017

ECAD. **Importância da participação feminina na música**. Sbacem. Disponível em: <https://sbacem.org.br/ecad>. Acesso em: 20 de abr. 2022.

FRANCO, M. et al. Desigualdade de gênero e escuta psi de mulheres atendidas na atenção básica. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 41, e 225110, p. 1-15, 2021.

GREENBERGER, D.; PADESKY, C. A. **A mente vencendo o humor**: Mude como você se sente, mudando o modo como você pensa. (2. ed). Porto Alegre: Artmed, 2017

GHISLENE, A. P.; MOTA, L. Ba. **Desigualdade de gênero no ensino superior**: análise de narrativas de alunas de graduação em música. Congresso de Música da UFMG, Anais, 6, p. 1-15 Minas Gerais, 2020.

HOHMANN, L. et al. Effects of music therapy and music-based interventions in the treatment of substance use disorders: A systematic review. **PLoS ONE**, 2017.

MEDICI, J.; CASTRO, C; MONTEIRO, T. **O Futuro é feminino: o empoderamento feminino por meio da música.** Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais, 40, p. 1 –13, Curitiba, 2017

OZÓRIO, Paula Lopes da Cruz Novo. **Mulheres na indústria da música: um estudo de caso do grupo Womem in Music Brasil.** 2021.165 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias de Comunicação e Cultura). Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Desigualdade de gênero continuam grandes no mercado de trabalho global.** OIT. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_45811//ang--pt/index.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

PAGES, T.; WILLE, R. B. Educação musical e gênero: um estudo a partir do olhar de adolescentes sobre as mulheres. **Revista da Abem**, p.442-452, 2017.

PORTO, P.; OLIVEIRA, L.; VOLCHAM, E.; MARI, J.; FIGUEIRA, I.; VENTURA, P. **Evidências científicas das neurociências para a teoria cognitivo-comportamental.** 2008. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Paideia, 2008. P. 485-494.

SALVAGNI, J.; CANABARRO, J. Mulheres Líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de gestão de secretariado, GESEC**, São Paulo, v. 6, n.2, p.88-110, maio/agosto.2015.

SANTOS, Mara Pereira dos. Discriminação do gênero feminino, denúncia e resistência das cantoras do *rap* brasileiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, 2017.

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lúcia. **Sobre minorias em profissões marcadas pelo gênero: Consequências e reações.** Instituto de ciências sociais da universidade de Lisboa. 2014.

SILVA, A. J. H. **Metodologia de Pesquisa: Conceitos Gerais.** Unicentro, Paraná, 2014.

SILVA JÚNIOR, R. A.; OLIVEIRA, T. C. Mulheres na música: estudo sobre a discriminação no Brasil do século XIX e seu reflexo na atualidade. **Anais do VI Cidil.** v. 1, p. 739-750, 2019.

SOUZA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n.43, p.64-83, 2021.

UBC. União Brasileira dos Compositores. **79% das mulheres na música já sofreram discriminação**, mostra enquête. UBC. Disponível em: www.ubc.org.br. Acesso em: 08 abr. 2022.

WENNING, Gabriela Garbini. Diversidade de gênero e sexualidade na docência de música: um estudo com professores/as de música da educação básica. **Revista da**

Abem, v. 28, p. 211-229, 2020.

ZERBINATTI, C. D.; NOGUEIRA I. P.; PEDRO, J. M. A emergência do campo de música e gênero no Brasil: reflexões iniciais. **Descentrada, La Plata**, v. 2, n. 1, e034, 2018.